

Bandeiras feministas na luta pela igualdade de gênero

Ezequiel de Souza *

Resumo: O presente artigo apresenta o contexto sociocultural em que algumas das principais reivindicações do movimento feminista foram formuladas. O século XIX foi muito importante para a formação de um dos mais articulados movimentos sociais do século XX: o movimento feminista. Neste artigo, procuramos identificar quais transformações sociais, culturais e políticas proporcionaram e/ou resultaram das lutas promovidas por este movimento social no contexto brasileiro. Inicialmente, centramos nossa atenção nas transformações sociais, pois elas compõem o pano de fundo das demais. Em seguida, procuramos identificar quais as transformações ocorridas no campo cultural, dado que este foi a primeira arena de luta feminista, a partir da reivindicação do acesso à educação e da escrita de livros. Por fim, a atenção é direcionada para o campo político, sobretudo a reivindicação do voto feminino.

Palavras-chave: Lutas feministas. Movimento feminista. Direitos das mulheres.

Feminist causes in the fight for gender equality

Abstract: This article presents the sociocultural context in which some of the main claims of feminist movement were formulated. The 19th century was very important to the formation of one of the most articulated social movements of the 20th century: the feminist movement. In this article, we try to identify which social, cultural and political transformations have provided and/or resulted from the fights promoted by this social movement in Brazilian context. Initially, we focus on the social transformations, because they compose the background of others transformations. Afterwards, we try to identify which are the transformations occurred in cultural field, because this was the first arena of the feminist fight, starting from the claim of access to education and of writing of books. Finally, the attention is turned to the political field, above all, the claim of the feminine vote.

Key words: Feminists fight. Feminist movement. Women's Rights.

* **EZEQUIEL DE SOUZA** é Doutorando em Teologia pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS.



Transições sociais

No século XIX, a humanidade assistiu ao nascimento de inúmeras transformações. Considerado pela historiografia como o “longo século XIX”,¹ inicia com a Revolução Francesa, a revolução burguesa, e termina com a Primeira Guerra Mundial, evento que abalou o otimismo até então em voga. No âmbito político, o Estado absolutista cedeu espaço à República e ao Estado constitucional, com a transferência do poder político da aristocracia para a burguesia. No âmbito econômico, a Revolução Industrial alterou as relações de produção, substituindo a servidão medieval pelo trabalho assalariado, afetando sensivelmente as relações escravistas existentes em vários países, com a consequente abolição da escravidão.

Neste período, o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, mas as guerras napoleônicas alteraram essa situação quando as tropas francesas invadiram Portugal em 1807, evento crucial para a história brasileira, uma vez que a sede do governo foi transferida para o Rio de Janeiro e, em pouco tempo, o Brasil conheceu transformações em sua estrutura econômica, política, social e cultural (FAUSTO, 2002). O acesso à educação permitia o contato com ideias republicanas, abolicionistas e igualitárias que estavam sendo desenvolvidas no exterior. Os jornais

¹ Denominação atribuída ao historiador marxista Eric Hobsbawm na trilogia: *A Era da Revolução*: Europa 1789- 1848; *A Era do Capital*: 1848- 1874; e *A Era do Império*: 1875- 1914.

possuíam um papel estratégico na difusão das novas ideias e, por isso, eram bandeiras de lutas. De acordo com Pinto (2003), qualquer grupo que quisesse fazer valer seus ideais o fazia através da imprensa. Dentre as inúmeras transformações ocorridas no século XIX, merecem atenção especial as ocorridas em relação à condição feminina e aos papéis sociais atribuídos às mulheres.

Transições culturais

Ao mesmo tempo em que os ideais da Revolução Francesa eram disseminados pela Europa e pelo mundo, gradativamente, o discurso médico ganha espaço, naturalizando as diferenças entre homens e mulheres. Até o século XVIII, havia pouco conhecimento sobre as diferenças anatômicas de homens e mulheres. Vigorava o chamado *one-sex-model*,² que considerava a mulher como um homem invertido (SILVA, 2001). Até o século XVII, o sexo era uma categoria sociológica, sendo considerado como elemento mais importante o gênero. Com o Iluminismo, a desigualdade sociológica tornou-se desigualdade ontológica. As mulheres foram consideradas mais próximas da natureza do que da cultura, enquanto os homens estariam relacionados à cultura e à ciência (ALMEIDA, 2000). Entrava em vigor o *two-sex-model*.³ Se no período anterior as mulheres podiam fazer tudo

² Teoria segundo a qual homens e mulheres derivariam de um único modelo anatômico. A única diferença estaria no fato de os órgãos genitais femininos estarem dentro do corpo enquanto os masculinos, fora dele.

³ Teoria segundo a qual as diferenças anatômicas de homens e mulheres constituiriam um antagonismo essencial, tanto físico quanto moral.

o que os homens faziam, embora fosse considerado que não fizessem tão bem, a partir de então as mulheres são excluídas de muitas atividades unicamente por serem mulheres.

Essa contradição foi percebida pelas mulheres: os ideais revolucionários de igualdade, fraternidade e liberdade avançavam pelo mundo todo, mas eram válidos apenas para a parcela masculina da população (TELLES, 2007). Pouco a pouco, o espaço público é vedado às mulheres, como no caso da Convenção Mundial contra a Escravidão, realizada em Londres em 1840. Nessa ocasião, as delegadas foram relegadas ao papel de expectadoras (GONÇALVES, 2006). Duas das participantes dessa convenção, Elizabeth Cady Stanton⁴ e Lucretia Mott,⁵ convocaram a I Conferência das Mulheres, realizada em Seneca Falls, em 1848, para discutir essa situação.

O século XIX também foi uma das épocas em que as mulheres mais foram controladas em seus corpos e sentimentos. Os tratados e os códigos de comportamento se avolumaram, prescrevendo a forma “correta” de se portar em público. Na Inglaterra, durante a conhecida Era Vitoriana, as mulheres foram relegadas aos assuntos domésticos. A configuração de um espaço de intimidade iria caracterizar a típica família burguesa, espaço este considerado o *locus* do dever e do prazer (GONÇALVES, 2006).

De acordo com Andréa Gonçalves (2006), a Era Vitoriana consagrou a

⁴ Nascida em 1815, foi casada com o abolicionista Henry Stanton. Após as mulheres terem sido impedidas de participar da World's Anti-Slavery Convention, Elizabeth percebeu a necessidade de uma convenção a respeito dos direitos das mulheres, fato ocorrido em Sêneca Falls.

⁵ Nascida em 1793, Lucretia Mott foi uma ministra quacre que defendia a abolição da escravidão.

figura da dona de casa, entendida como a “rainha do lar”, indispensável para a conservação da família. O ideal da “mulher burguesa” foi investido de certos poderes no âmbito doméstico, sobretudo em relação ao orçamento familiar. A redução do espaço de ação das mulheres ao âmbito doméstico foi um processo lentamente difundido na era moderna, restando às mulheres o reconhecimento social a partir da assunção dos papéis de mãe e de esposa. Contra essa situação, configurou-se o movimento feminista do final do século XIX e início do século XX. Os direitos à educação, ao trabalho e ao voto se constituíram nas principais bandeiras de lutas.

Como citado acima, os jornais foram o meio escolhido para a militância de causas progressistas. No caso das mulheres, escrever para um jornal tinha o efeito de entrar na esfera pública sem sair de casa. Em uma sociedade que delimitava nitidamente papéis e posições sociais de homens e mulheres, essa foi uma estratégia que estava ao alcance sem sair do quarto,⁶ embora limitada à classe média urbana e culta, uma vez que a maior parte da população era composta por pessoas analfabetas (PINTO, 2003). Não obstante, os jornais foram utilizados pelas mulheres do século XIX para divulgar suas reivindicações de igualdade e formar uma opinião pública favorável a sua causa.

O campo cultural foi um dos preferidos para as reivindicações de igualdade das mulheres. Através da literatura e da ficção, as autoras demonstravam sua capacidade crítica e criativa, ao mesmo

⁶ Em 1920, Virgínia Woolf se valeu de jornais para questionar as opiniões sexistas de um crítico literário, Desmond MacCarthy. Segundo ela, é preciso liberdade e escolarização para que as mulheres avancem no campo intelectual.

tempo em que reivindicavam igualdade de acesso à educação e à esfera política. A estratégia política adotada pelas mulheres no Brasil torna-se ainda mais relevante se levarmos em consideração o acesso à leitura. No Rio de Janeiro, capital do Império, pouco mais de 29% da população feminina era alfabetizada em 1872 (HAHNER, 2003).⁷

Em 1832, Nísia Floresta, uma das pioneiras do feminismo no Brasil, traduziu *Vindications for the Rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft (TELLES, 2007). Escrevendo em jornais, Floresta reivindicava a igualdade e o acesso à educação por parte das mulheres, pois entendia que somente dessa forma haveria a igualdade entre homens e mulheres. O acesso à educação era uma de suas bandeiras porque a falta de educação gerava um ciclo de desigualdades que se retroalimentava: as mulheres eram impedidas de participar porque não eram instruídas e não tinham instrução porque não podiam participar.

Ao assumir a tarefa criadora, as mulheres escritoras do século XIX se rebelavam contra a (suposta) inferioridade que lhes era imposta e, ao mesmo tempo, entravam na esfera pública. A sociedade masculinista aceitava as mulheres como modelos ou objetos das criações artísticas e literárias, mas nunca como produtoras ou criadoras. Certamente não foram poucas as dificuldades enfrentadas, pois o mundo da cultura lhes era vedado (HAHNER, 2003).

A primeira e principal bandeira defendida pelo feminismo brasileiro, ainda no século XIX, foi o acesso à educação. Acreditava-se que a

existência de mulheres em posições e profissões de prestígio poderia ocasionar transformações nas representações sociais acerca do papel das mulheres. Até então, a educação preparava homens e mulheres para destinos diferentes: estas eram ensinadas a ser boas mães e boas esposas; aqueles eram ensinados a ser bons cidadãos. As resistências à escolarização feminina lentamente foram sendo superadas, sob o argumento de que as mulheres, como ‘guardiãs do lar’ e ‘mentoras das crianças’, influenciavam na sociedade e, por esse motivo, precisavam ser educadas para melhor desempenhar seu papel.

O desafio era enorme, pois os currículos, os materiais e os modelos de ensino para as mulheres eram elaborados por homens com uma visão restritiva de seu lugar na sociedade. Os livros eram elaborados a partir de um olhar falocrático, com um caráter modelar, moralizante e disciplinador, não proporcionando o desenvolvimento intelectual feminino. Para superar esse cenário, era necessário demonstrar a capacidade criativa das mulheres. Josefina Álvares de Azevedo⁸ assumiu essa tarefa nas páginas de seu jornal e, ao mesmo tempo em que dava provas de sua capacidade intelectual, resgatava a contribuição de mulheres em diversas áreas (HAHNER, 2003).

O acesso ao estudo era um ponto defendido por homens e mulheres progressistas que desejavam ver o Brasil entre as grandes potências. Os exemplos oriundos dos Estados Unidos e da Europa animavam esses ideais. Entretanto, a maioria dos homens defendia a educação feminina como um

⁷ Em 1872, apenas 19,8% da população feminina eram alfabetizadas no Brasil. As cidades de Rio de Janeiro e São Paulo possuíam um índice levemente superior.

⁸ Josefina Álvares de Azevedo era escritora e jornalista, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres (SOUTO-MAIOR, 2010).

elemento imprescindível para a formação dos cidadãos, ou seja, dos homens. Isso em nível básico. Os homens acreditavam que as mulheres não eram aptas para o estudo científico em nível superior, porque seria ‘contra a natureza’ a concessão do grau universitário às mulheres. Várias mulheres denunciaram essa opressão, como a professora gaúcha Luciana de Abreu (HAHNER, 2003). A genialidade dessas defensoras dos direitos das mulheres estava em utilizar os mesmos argumentos que os homens utilizavam, afirmando que o desenvolvimento do Brasil só seria possível com uma maior valorização das mulheres, citando como exemplos os países desenvolvidos.

As reivindicações das mulheres eram compartilhadas por alguns homens que tiveram a experiência de viver nos países desenvolvidos. Seguindo os ideais positivistas, esses homens entendiam que o Brasil era um país atrasado e que precisava da igualdade entre os gêneros para ser alçado a outro patamar da civilização. A despeito do tom etnocêntrico, essa avaliação merece atenção. O acesso ao estudo universitário por parte das mulheres brasileiras aconteceu nos Estados Unidos. A partir da insistência pessoal, Maria Augusta Generosa Estrela e Josefa de Oliveira conseguiram estudar medicina no *New York Medical College and Hospital for Women*. Elas editaram o jornal *A mulher*, em cujas páginas defendiam a capacidade intelectual feminina. Seu exemplo acabou sendo seguido no Brasil, de modo que a Reforma Educacional de 1879 permitisse o acesso de mulheres ao ensino superior. Em relação ao trabalho, a situação era muito complexa, pois este era vedado às mulheres.

Era considerada uma ‘coisa abominável’ a ideia de uma mulher

competir com um homem por um campo de trabalho. Nesse caso, as diferenças de classe social ficavam evidentes: as mulheres oriundas das classes baixas deveriam trabalhar nas ‘casas de família’ como empregadas a fim de ‘auxiliar’ o marido no sustento da casa. As mulheres oriundas das classes altas deveriam permanecer em casa, supervisionando o trabalho das domésticas.

Com o acesso ao estudo, mulheres das classes altas procuravam se inserir no mundo do trabalho, mas havia áreas que se mantinham totalmente inacessíveis a elas, sobretudo as profissões de prestígio social. A profissão médica foi a que mais resistiu à presença feminina. Embora as mulheres fossem aceitas como enfermeiras, enfrentavam preconceito por parte dos homens quando tentavam exercer a medicina, pois era preciso defender a nobre arte de Hipócrates da ‘profanação’ ocasionada pelo exercício de mulheres (HAHNER, 2003).

As mulheres formadas em direito sofreram restrições semelhantes para o exercício de sua profissão. Após a primeira vitória – a graduação em direito – outra luta se iniciava: o reconhecimento da legitimidade de mulheres advogadas. A primeira advogada no Brasil, para ter o direito de exercer sua profissão, precisou da permissão e aprovação de diversos juristas. O acesso aos bens culturais era imprescindível para a igualdade entre os gêneros, mas não era suficiente para a aquisição desta igualdade, pois havia a necessidade de igualdade política.

Transições políticas

Embora o direito ao voto fosse uma bandeira importante para o nascente movimento feminista, isso não

significou que outros direitos fundamentais, como o acesso à educação e ao trabalho, fossem relegados a segundo plano. Como vimos, havia a percepção de que a possibilidade de participação política não era suficiente, uma vez que a dependência econômica e a falta de instrução eram elementos limitadores da autonomia das mulheres. Só para ilustrar, a Convenção para o Direito das Mulheres de 1848 dedicou pouca atenção à questão do sufrágio, priorizando outros aspectos julgados naquele momento mais urgentes.

O direito ao voto era inicialmente uma conquista revolucionária liberal, constituindo-se em uma prerrogativa exclusiva dos proprietários, sem o alcance das massas. Quando as reivindicações do “sufrágio universal” começaram a ecoar, as mulheres permaneceram excluídas desse direito. Segundo Gonçalves (2006), os revolucionários negavam o direito ao voto às mulheres devido ao fato de elas serem “naturalmente” conservadoras. Os grupos conservadores, por sua vez, eram contrários à ampliação do direito a voto em qualquer direção. Além disso, os conservadores acreditavam que as mulheres eram inferiores e esse preconceito impedia o reconhecimento da potencialidade de elas comporem com eles.

A reivindicação do voto feminino foi ganhando espaço e tornou-se uma das principais bandeiras do feminismo brasileiro apenas no final do século XIX. As manifestações reivindicadoras de direitos anteriores a esse período não chegaram a se constituir em um movimento organizado. Muitas mulheres requeriam o alistamento como eleitoras ainda no Império. Até então, o lugar das mulheres era o âmbito doméstico. Fora de casa, apenas ações

de caridade e em associações de beneficência eram estimuladas para as mulheres consideradas “de bem” (BRITO, 2001).⁹

As mulheres não podiam votar porque a concepção da época não reconhecia sua autonomia na tomada de decisões. Artigos de revistas louvavam a expansão da área de atuação das mulheres fora do lar, ao mesmo tempo em que recusavam a concessão do voto às mulheres. Havia grandes restrições para o acesso ao voto, inclusive o masculino (HAHNER, 2003). Os anos finais do Segundo Império trouxeram um clima favorável para a discussão acerca do voto universal. Com a República, o voto feminino esteve presente na pauta de debates da Assembléia Constituinte de 1891. Embora o projeto que garantia os direitos políticos às mulheres fosse vetado na Constituinte, a Carta Magna não os proibiu expressamente.

Como a República assegurou aos homens alfabetizados o direito ao voto, as mulheres passaram a defender a necessidade de igualdade em todos os âmbitos: a ênfase das reivindicações passava do acesso à educação ao direito ao voto, pois somente assim a igualdade aconteceria verdadeiramente. Foi nesse cenário que o Brasil conheceu os primeiros movimentos organizados de mulheres. Sem abandonar a disputa ideológica através de livros e jornais, algumas mulheres lançaram-se à disputa pública. O Partido Republicano Feminino (PRF) surgiu em 1910, fundado por um pequeno grupo de mulheres lideradas por Leolinda Daltro e Gilka Machado. Em sua plataforma de governo, além do direito ao voto, estava a defesa da independência e da emancipação feminina (PINTO, 2003).

⁹ A divisão entre os espaços público e privado a partir das diferenças de gênero tem sido uma constante nas sociedades ocidentais.

Leolinda Daltro havia requerido sem sucesso o alistamento eleitoral em 1909, um ano antes de fundar o Partido Republicano Feminino. De acordo com Pinto (2003), o PRF promoveu algumas manifestações públicas, como uma marcha que contou com a presença de cerca de 90 mulheres em 1917. Em 1919, Leolinda tentou se candidatar à Intendência do Rio de Janeiro e, novamente, teve seu pedido recusado. A duração do Partido Republicano Feminino foi curta, chegando apenas até o final da década de 1910. Ainda assim, o PRF foi uma tentativa inovadora e inspiradora ao feminismo no Brasil.

Os anos de 1909 e de 1917 foram emblemáticos no cenário nacional. Em 1909, houve a primeira campanha eleitoral para a presidência da república, com as candidaturas de Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa. Com o enfraquecimento do acordo das elites de São Paulo e de Minas Gerais, abriu-se espaço político para as novas ideias defendidas por Rui Barbosa (FAUSTO, 2002). Embora derrotado, sua Campanha Civilista influenciou o pensamento nas cidades, criando uma efervescência política contra o pacto oligárquico (PINTO, 2003).

Nos primeiros anos da Primeira República, surgiram muitos movimentos sociais, tanto na zona rural quanto nos centros urbanos.¹⁰ A efervescência político-cultural no Brasil se ampliou. Novas tendências estéticas e

¹⁰ Boris Fausto os divide os movimentos rurais em três grupos: religiosos com carência social (Canudos); religiosos com reivindicação social (Contestado); não religiosos com reivindicações sociais (greves nas fazendas de café de São Paulo). Nos centros urbanos, os movimentos das classes trabalhadoras cresciam com a chegada de imigrantes, sobretudo italianos, e a diversificação das atividades econômicas, como demonstram as greves de 1917 e de 1920 (FAUSTO, 2002).

novas ideias, aliadas à crise advinda da Primeira Guerra Mundial, tornaram a opinião pública aberta às reivindicações de diversos setores da sociedade. A crescente classe média escolarizada procurava ampliar o seu poder político e, para isso, era preciso superar a República oligárquica em favor de uma República liberal.¹¹

Em 1922, aconteceu em São Paulo a *Semana da Arte Moderna*, um movimento estético que atingiu proporções políticas. Não por acaso, os jovens intelectuais liderados por Oswald de Andrade escolheram o ano do centenário da independência do Brasil para proclamar a emergência de uma estética que valorizava o elemento nativo e questionava a tradição, sobretudo a concepção em relação aos sexos. Dentre os modernistas, destacou-se Tarsila do Amaral. Suas criações davam mostra das capacidades não-exploradas pelas mulheres de seu tempo.

O movimento feminista da década de 1920 foi, de certo modo, mais simpático do que o do século anterior. A linha de argumentação das lideranças feministas foi mais suave, procurando conciliar a inserção das mulheres na vida pública com seu papel tradicional. O desejo por reformas era difundido entre a classe

¹¹ O descontentamento logo chegou aos militares, provocando vários levantes de tenentes do exército. A primeira revolta militar aconteceu no Forte de Copacabana em 1922. Alguns anos mais tarde, os tenentes formariam a famosa *Coluna Prestes*, que percorreu o país. Esse episódio marcou a história política do Brasil, pois um pequeno grupo de militares enfrentou as forças comandadas pelo presidente Artur Bernardes. Conhecidos como os *Dezoito do Forte*, este grupo acabou criando uma identidade patriota e guerreira que seria utilizada pelo movimento tenentista e, dois anos mais tarde, daria respaldo ideológico à revolta realizada em São Paulo contra o governo Artur Bernardes.

média e, dessa forma, um discurso mais brando conseguia esse importante apoio (HAHNER, 2003).

Nesse sentido, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) desempenhou um importante papel na divulgação das ideias feministas e na aquisição de simpatizantes à causa do direito ao voto feminino. A líder da Federação Brasileira para o Progresso Feminino era Bertha Lutz, uma jovem oriunda das elites econômica e intelectual que estudou biologia na Sorbonne.¹² A partir de sua condição privilegiada, Lutz conseguiu dar visibilidade à questão do sufrágio feminino, pois ela escreveu para jornais e viajou para diversos países representando o Brasil no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher nos Estados Unidos (PINTO, 2003). O contato com lideranças do movimento sufragista dos Estados Unidos e da Europa proporcionou o reconhecimento de Lutz e da FBPF em todo o país (HAHNER, 2003).

A FBPF possuía representantes em todo o país. Inclusive, o I Congresso Internacional Feminista realizado no Rio de Janeiro em 1922 contou com lideranças políticas da Primeira República, como Juvenal Lamartine, então senador da República, e o senador catarinense Lauro Müller. Também as feministas procuraram realizar um evento dessa magnitude no ano do centenário da Independência do Brasil, devido a seu caráter simbólico, além de

aproveitar a presença da líder sufragista norte-americana Carrie Chapman Catt.¹³

Palavras finais

Não há dúvidas quanto ao alcance das transições advindas da luta e do esforço das mulheres, sobretudo no século XIX e primeira metade do século XX. Direitos de acesso à educação e ao voto, por exemplo, constituíram-se como bandeiras defendidas por gerações de mulheres engajadas na luta por igualdade entre os gêneros. O sonho por uma sociedade mais justa e igualitária foi cultivado por estas lutas. Hoje é preciso manter acesa esta memória, a fim de honrarmos aquelas que foram martirizadas por acreditarem que as relações entre os gêneros não precisam ser pautadas por quaisquer formas de assimetria de poder.

¹² Quando Lutz chegou ao Brasil, redigiu um artigo para um jornal, conclamando as mulheres a formar uma liga que reivindicasse as responsabilidades políticas e assim colaborasse para o progresso.

¹³ Carrie Chapman Catt foi uma das fundadoras e a presidente da International Woman Suffrage Association de 1904 a 1923. Após esse período, ela se tornou a presidente de honra até sua morte, em 09 de março de 1947.

Referências

ALMEIDA, M. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. 2. ed. Lisboa: Fim de Século, 2000.

BRITO, M. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Estudos Feministas**, ano 9, n. 1, 2001.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

GONÇALVES, A. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, J. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres : Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PINTO, C. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SILVA, S. **Masculinidade e história**: a construção cultural da diferença entre os sexos. 06 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.glssite.net/colunista/silva/psi11.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. **Josefina Álvares de Azevedo**: vida. Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/josefina_vida.html>. Acesso em: 25 fev. 2010.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.